

A história da Casa de Prudente de Moraes em três tempos: no tombamento, nos restauros e na atualidade

Lucília Santos SIQUEIRA*

Resumo: Este artigo procura analisar o bem cultural Casa de Prudente de Moraes valendo-se de duas perspectivas: primeiramente, examina os conteúdos e valores históricos mobilizados no seu processo de patrimonialização estadual, isto é, qual passado se buscou proteger no tombamento e nas intervenções posteriores sofridas pelo bem, que ficaram documentadas nos processos de restauro; em segundo lugar, examina os conteúdos históricos que hoje são veiculados no local.

Palavras-chave: Tombamento. Patrimônio cultural paulista. Sociedade cafeeira. Condephaat.

The History of the House of Prudente de Moraes in Three Phases: During its heritage listing, restoration and the present day

Abstract: This paper proposes an analysis of the cultural asset the *Casa de Prudente de Moraes* [House of Prudente de Moraes] from two different perspectives. Firstly, by examining the contents and historic values mobilized during the process of state patrimonialization, i.e. determining which past was being protected in the heritage listing process and in further interventions regarding the cultural asset, documented during the process of restoration. Secondly, this paper examines the historical contents that are exhibited in the House of Prudente de Moraes in the present day.

Keywords: Heritage listing. Sao Paulo State Cultural Heritage. Brazilian Coffee Society. CONDEPHAAT.

Introdução

* Professora Doutora – Departamento de História – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Unifesp – Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos (provisório) – Av. Monteiro Lobato, 679, CEP 07112-000, Guarulhos, São Paulo, Brasil. Email: lsiqueira@unifesp.br.



Figura 1 - À direita, vista lateral da frente da Casa de Prudente de Moraes, na Rua Santo Antonio.
Fonte: Autor do texto, dezembro de 2013.

Localizada no interior paulista, no centro da cidade de Piracicaba, na Rua Santo Antonio número 641, a casa onde viveu Prudente de Moraes – que foi Presidente da República do Brasil entre os anos de 1894 e 1898 – foi indicada para tombamento pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), no início do ano de 1969, quando ocorriam as primeiras reuniões de trabalho do órgão paulista de patrimônio, oficializado poucos meses antes. À época, o governo estadual de São Paulo transferia este imóvel piracicabano da Secretaria da Educação para a Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. Desde 1957, o Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes abrigava-se na edificação que antes fora ocupada por escolas e pela delegacia de ensino.

Neste texto, o objetivo é analisar o bem cultural patrimonializado Casa de Prudente de Moraes – e não o Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, que até hoje ocupa o prédio – com base em duas perspectivas: primeiramente, examinar os conteúdos e valores históricos mobilizados no seu processo de patrimonialização estadual,¹ isto é, qual passado se buscou proteger no tombamento e nas intervenções posteriores sofridas pelo bem, que ficaram documentadas nos processos de restauro; em segundo lugar, examinar os conteúdos históricos que hoje são veiculados no local.²

Como a Casa de Prudente de Moraes tornou-se patrimônio cultural paulista

O processo de tombamento da Casa de Prudente de Moraes foi aberto, no começo de 1969, mediante proposta do Conselheiro do Condephaat Vinício Stein Campos que, no seu ofício, justificava:

O referido prédio, construído pelo notável brasileiro para sua residência, que aí sempre viveu e onde veio a falecer, é um indiscutível monumento histórico paulista cuja conservação se impõe, tanto pela origem do belo edifício como pela sua destinação, evocativa da vida e da ação pública do imortal brasileiro. (CONDEPHAAT. Processo 7861/69, f.2).

A “destinação” referida por Stein Campos é o Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes que ocupava a edificação há uma década. Piracicaba foi uma das quatro cidades em que se implantaram os primeiros MHP, dedicados à preservação da memória dos quatro paulistas que chegaram à Presidência da República nas primeiras décadas do século XX: em Campinas, o museu Campos Salles; em Guaratinguetá, o Rodrigues Alves; em Batatais, o Washington Luís e, em Piracicaba, o MHP Prudente de Moraes. De acordo com Simona Misan (2008), que estudou a implantação das dezenas de Museus Históricos e Pedagógicos no Estado de São Paulo entre as décadas de 1950 e 1970, embora houvesse a intenção de fazer de cada MHP um lugar dedicado à memória do patrono e da cidade, imprimiu-se com vigor nestas primeiras quatro unidades uma marca paulista, afinal se tratava de preservar a memória da atuação paulista no alto do poder político no Brasil.³

Entre 1969 e 1972 há pausas longas no andamento do processo de tombamento e certas confusões na atribuição de tarefas. Vê-se aí, no nascedouro das práticas oficiais de proteção do patrimônio paulista, a falta de recursos e de estrutura organizacional que possibilitassem um trabalho consistente; segundo Marly Rodrigues, os conselheiros acumularam funções técnicas e administrativas por um bom tempo, tendo até paralisado suas atividades, em protesto. (RODRIGUES, 2000, p.50).

Em julho de 1972, tendo “vistoriado previamente” a casa como membro da Comissão Técnica de Estudos de Tombamento do Condephaat, o arquiteto Carlos Lemos informa que, construída em 1870, a edificação apresenta “certo interesse”, mas não pode ser inserida na “listagem dos exemplares urbanos de grande valor artístico ou arquitetônico do ciclo do café”. Descrevendo a casa, Lemos caracteriza sua planta como “típica das casas térreas urbanas de nossas cidades [paulistas] da segunda metade do século XIX”: um corredor central que levava da rua à varanda, à sala de estar e de jantar, e era ladeado na frente pelas salas de visita e na parte central pelos dormitórios e alcovas. No fundo da casa, sob puxados, ficavam os serviços e, na frente, entre o corredor e a porta, havia uns poucos degraus.⁴ Segundo ele, os tijolos e as vergas ogivais já eram comuns naquela época e

podiam ser vistos em outras partes do país, como Petrópolis, Ouro Preto, Santos, entre outras. Esse arremate ogival expressava a presença do imigrante europeu que havia transgredido as “regras ortodoxas de nossa arquitetura tradicional”. Nas últimas linhas, Carlos Lemos dá seu parecer: “Finalizando, somos a favor do tombamento do citado imóvel, lembrando, porém, que devem prevalecer as razões históricas sobre as arquitetônicas, pois Prudente de Moraes foi um grande brasileiro, ótimo político e medíocre arquiteto, pelo visto.” (CONDEPHAAT. Processo 7861/69, f.10-11).



Figura 2 - Fotografia inserida num conjunto de nove imagens que compõem o parecer de Carlos Lemos, em julho de 1972.

Fonte: CONDEPHAAT. Processo 7861/69, f.14.

Em agosto de 1972, o Conselho do órgão paulista de patrimônio aprovou a proposta de tombamento e indicou a inscrição da Casa de Prudente de Moraes no livro do tomo, “uma vez já estar tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).”⁵ (CONDEPHAAT. Processo 7861/69, f. 22).

No mês seguinte, o Conselheiro Vinício Stein Campos informou que não podia proceder ao tombamento visto que o processo encontrava-se mal instruído, faltando informação sobre a localização do imóvel na quadra, suas fronteiras, os registros do imóvel em cartório, os elementos mobilizados pelo Iphan quando do tombamento federal, a planta da casa e a documentação relativa aos sucessivos usos e proprietários da edificação ao longo do tempo.⁶ (CONDEPHAAT. Processo 7861/69, f. 23-25).

Como ocorre nos processos de tombamento das mais variadas instâncias no país, a preocupação com a oficialização da proteção no menor tempo possível, usualmente para

ultrapassar os riscos de degradação do bem cultural, leva a que se afirmem com veemência, repetidas vezes, os valores que justificam a patrimonialização da edificação. Por isso e pelas precárias estruturas técnicas dos órgãos públicos de patrimônio a instrução dos processos é escassa; os raros documentos e os pareceres enxutos denotam pouca pesquisa e baixo grau de conexão entre os valores atribuídos e os elementos de realidade onde se apoiam, sejam elementos arquitetônicos, sejam da memória social, da história político-institucional, sejam das vivências cotidianas.⁷

As informações reclamadas por Stein Campos foram solicitadas à Prefeitura Municipal de Piracicaba e foram respondidas pelo Prefeito em março de 1973. Apensos ao seu ofício de resposta, o Prefeito enviava quatro documentos: uma planta do prédio e um croquis da quadra em que se insere; uma fotocópia do decreto em que o imóvel se transferira para a Secretaria da Cultura, em 1968; uma fotocópia de artigo no jornal *Diário de Piracicaba* datado de julho de 1960 e um texto de uma página, escrito há poucas semanas pela professora Helena Rovay Benetton. (CONDEPHAAT. Processo 7861/69, f.27).

Benetton foi responsável pelo Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes durante mais de vinte anos. No seu texto, reafirmava que o museu estava instalado na “centenária” casa que pertenceu a Prudente de Moraes, informava quais eram as propriedades limítrofes ao imóvel e, por fim, lamentava não terem sido encontrados nos cartórios locais os livros onde se firmaram as escrituras referidas no artigo de jornal de 1960, que mandava em anexo. Apesar de não ter as escrituras em mãos, afirmava a Prof^a Helena: “Entretanto, todos os recortes comprovam que a casa foi feita em 1870 por Prudente de Moraes, depois vendida à Prefeitura e esta trocou com terreno, ficando com este prédio para o Estado (xerox anexo).”

No *Diário de Piracicaba* de 31 de julho de 1960, o artigo “A casa onde residu e morreu Prudente de Moraes” transcreve a escritura de novembro de 1869 pela qual Prudente de Moraes comprou as partes de seus quatro irmãos no imóvel: uma casa de tijolos em construção, com o terreno, e os materiais e as madeiras que ali se encontravam, tudo por três contos de réis. Os filhos tinham herdado a casa inacabada após o falecimento da mãe, D. Catharina Maria de Moraes. Nesta escritura, o endereço do imóvel era “Rua de Santo Antonio esquina da Rua das Flores”, hoje Rua Treze de Maio; e o quintal fazia esquina com a Rua de Piracicaba, mostrando que o terreno adquirido por Prudente de Moraes no final da década de 1860 era maior do que aquele existente hoje. Além disso, as transcrições cartoriais indicam que as primeiras tratativas entre os herdeiros para negociar a casa datam de 1866 e que, provavelmente, a compra de Prudente de Moraes realizou-se em 1867, tendo a escritura se efetivado alguns anos depois.

Em maio de 1973, novamente se manifesta o arquiteto Carlos Lemos pela Comissão Técnica, afirmando que o tombamento poderia ser efetivado, visto que “este processo foi

finalmente completado quanto às informações básicas necessárias à identificação física e histórica do imóvel que pertenceu ao Presidente Prudente de Moraes”. Declara, ainda, que não considera necessária uma descrição do edifício na inscrição do Livro do Tombo porque no processo constará arquivada a planta enviada pelo Prefeito; mas, segundo ele, se for preciso descrever sumariamente a casa, julga “[...] de bom alvitre que se diga ter sido aquela residência desfigurada em sua zona de serviço com a eliminação da cozinha e dependências afins. Ao mesmo tempo, foram construídas edículas que comprometem sobremaneira a composição arquitetônica original.” (CONDEPHAAT. Processo 7861/69, f.33).



Figura 3 - Parte lateral da casa vista da frente, da Rua Santo Antonio. A área hoje protegida por toldo abriga o escritório onde Prudente de Moraes trabalhou como advogado. A edificação das fotos anteriores está à direita neste enquadramento, contígua à escada.

Fonte: Autor do texto, dezembro de 2003.

Ainda em maio de 1973, a Assessora da Secretaria Executiva, Solange Torres, redige uma “Resenha histórico-arquitetônica” de cinco laudas na qual assevera:

Não obstante não reúna qualidades arquitetônicas maiores que recomendem, na opinião de alguns, a sua inserção no rol dos exemplares urbanos representativos do ciclo do café, só o fato de ter sido construída por Prudente de Moraes, que nela residiu, justifica plenamente o seu tombamento. (CONDEPHAAT. Processo 7861/69, f.34).

A estas linhas segue uma biografia de Prudente José de Moraes Barros, nosso primeiro Presidente da República civil, nascido em Itu em 1841.

Depois de algum vaivém burocrático que incluiu a correção de duas informações dessa resenha por Vinício Stein Campos, no começo de junho de 1973, o Secretário da Cultura assinou a resolução de tombamento e, em seguida, fez-se o registro no Livro do Tombo Histórico n. 1.⁸

A história da casa que circulou no Condephaat nos processos de restauro

Em março de 1976, chamado a responder acerca de solicitação de restauro feita pelo MHPPM, Carlos Lemos afirma que o caso não é para restauração, mas de “ocorrências típicas de edifício antigo normais e devem ser enfrentadas pelos seus usuários em obras rotineiras de conservação e manutenção”, isto é, tratava o bem cultural como restrito à edificação central do terreno. O arquiteto parecia ter se conformado com tal situação. Nas linhas finais, contudo, revela seu desconforto: “Somente encaramos a hipótese de obras no local se for para remanejar a instalação museológica propriamente dita, a partir de projeto que tenha sido emanado de ampla reformulação conceitual.” (CONDEPHAAT, Processo 53.621/06; Processo 20.041/76, f.6).⁹

Poucos meses depois da negativa de Lemos, a responsável pelo MHPPM, Helena Rovai Benetton voltou a insistir com o Secretário da Cultura do Estado, pedindo que se providenciassem “os meios para restaurar a Casa Centenária onde viveu e faleceu o insigne homem público Prudente José de Moraes Barros.” Na longa argumentação apresentada para que seu pedido fosse atendido, a professora Helena expunha com clareza quais elementos do passado deviam ser veiculados no lugar e com que finalidades: os ilustres cidadãos Prudente de Moraes, os Barões de Resende e de Serra Negra, bem como Luiz Vicente de Queiroz, que “enriqueceram a cultura nacional”, devem ser mostrados aos estudantes e ao povo em geral, para lhes transmitir “mensagens educativas, instruindo e despertando o civismo”; ademais, lembrava a professora, “os móveis de Luiz de Queiroz embelezam a Sala História de Piracicaba”. (CONDEPHAAT, Processo 20.041/76, f.10).

Nas semanas seguintes, Carlos Lemos rebatia:

[...] se há de fazer obras no local, elas deverão ser de demolição dos anexos espúrios e não de aumento de área. Há de se respeitar o bem – cultural, antiga residência, hoje a duras penas servindo de ‘gabinete de curiosidades’, função evidentemente incompatível com a primitiva. Salvo melhor juízo, somos de opinião que se reformule a orientação daquele museu compatibilizando-o com a área do edifício e com suas acomodações. [...] (CONDEPHAAT, Processo 20.041/76, f.13).

Em 1983, uma década depois do tombamento, quando o MHPPM novamente solicita ao Secretário da Cultura que sejam feitas obras de melhoramento no “Museu de Piracicaba”, o pedido é para “a construção no seu quintal (já deturpado pela Delegacia de Ensino) de mais salas de exposição – um salão para cursos, palestras (IHGP), maratonas, filmagens, secretaria e instalações sanitárias (precaríssimas no prédio atual).” (CONDEPHAAT, Processo 22.516/83, f.2) Nos estudos para proceder às reformas e restauro, o arquiteto Paulo Sgarbi, pelo Condephaat, num documento intitulado “Histórico do Imóvel”, datado de março de 1986, mostrou sensibilidade para a configuração residencial primitiva do bem, lembrando que “esta propriedade merecia o título de chácara” e que isso já era sabido desde os estudos para o tombamento, nos anos de 1960, pois uma carta de Prudente de Moraes Neto trazia suas lembranças das férias que passara por ali; na esteira de Lemos, Sgarbi sugere “demolir todos os anexos espúrios que comprometem a composição original.” (CONDEPHAAT, Processo 22.516/83, f.41-42).¹⁰

Os pareceres de Lemos e Sgarbi revelam que, nas décadas posteriores ao tombamento estadual, circulava no Condephaat alguma informação sobre a funcionalidade da casa no seu contexto de origem; permanecia no nível local, entretanto, o desejo de cultivar a memória de pessoas ilustres e de tomá-las como tal, como ocupantes de seus lugares no alto da estrutura social, não como pessoas que tiveram certos hábitos nas suas moradias e que fizeram uso de determinado mobiliário doméstico, por exemplo. Mantido este impasse, foi-se diluindo a possibilidade de proteger a memória dos modos de viver e permanecendo o entendimento de que aquela casa – apenas a casa, sem as benfeitorias e o terreno que um dia tivera – valia por si, isto é, valia por ter pertencido ao Presidente da República.

Na metade da década de 2000, tem-se novo “projeto de restauração arquitetônica para uso cultural da edificação tombada”. Em proposta preliminar apresentada pelo Estúdio Sarasá, tudo se restringe à edificação central da casa, e o “Histórico do edifício” é bastante curto, com dados imprecisos e não documentados. Embora o recurso à pesquisa histórica esteja apontado como um dos critérios a serem seguidos pela empresa, no projeto considera-se que apenas a casa principal e o escritório, na fachada e na cobertura, merecem restauração conservativa, não havendo referência sobre qualquer benfeitoria da parte de trás da casa que pudesse ser recuperada; para os anexos que ali estavam, seguia-se a diretriz da “distinguilidade”, conforme as normas internacionais. Mais uma vez, portanto, não se ultrapassaram a monumentalização da residência operada pelo museu e o ocultamento de todo o aparato que compunha o habitar naquele terreno.¹¹ (CONDEPHAAT, Processo 53.621/06, f.99-ss).

Nos autos dos processos de restauração da Casa de Prudente de Moraes uma perspectiva diferente só surge em março de 2008, num ofício do Conselho de Defesa do

Patrimônio Cultural piracicabano, o Codepac: tratava-se de eliminar os anexos da parte de trás e algumas paredes construídas no prédio para a instalação do Grupo Escolar em 1935, “com o objetivo de se destacar o período histórico no qual o imóvel serviu como residência da família Moraes Barros.” (CONDEPHAAT, Processo 53.621/06, f.167). Notemos, aqui, dois detalhes: não se menciona a edificação principal, mas o “imóvel”, o que pressupõe o entendimento da área que compõe o bem cultural, isto é, ao menos o jardim da frente; além disso, o que se pretende recuperar é a residência da “família” e não apenas a do Presidente Prudente de Moraes, comportando a abertura para o tratamento do local como apropriado por diferentes agentes – crianças, dona da casa, serviçais, visitas etc. –, o que, se alcançado, permitiria o resgate de como era habitar aquela residência.

No projeto para a realização das obras – que pressupunham o restauro da casa, do escritório e do auditório, a demolição dos demais anexos e a construção da edificação para reserva técnica e sanitários –, os arquitetos Moacyr Corsi Jr. e Fernanda Rover, sediados em Piracicaba, afirmam que estão orientados pelas Cartas de Atenas e de Veneza, de 1931 e 1964, respectivamente (CONDEPHAAT, Processo 53.621/06, f.179). Num dos recintos da casa, denominado “antigo dormitório de Prudente de Moraes” – não há referência à origem desta informação –, foram abertas diversas janelas de prospecção para chegar ao “reboco antigo” e às “cores originais”.

A documentação de seus procedimentos de prospecção mostra um trabalho extenso e minucioso de levantamento das características originais da casa, do escritório e da área dos fundos. Para tanto, Corsi e Rover examinaram diversas camadas de reboco e tinta que revelavam as intervenções sofridas pelo prédio ao longo do tempo, como no caso da cozinha e área de serviço – “anexo já bastante modificado por reformas” – ou da fachada – onde “diversos anexos foram surgindo com o passar do tempo, alterando assim algumas características marcantes de sua fachada” –, mas não há precisão nesta descrição, não se discriminam as ditas alterações.

No escritório, apontam-se os elementos construtivos que denotam se tratar de anexo construído posteriormente à casa. O auditório, construído nos anos de 1950 nos fundos da casa para compor o Grupo Escolar, foi tratado como anexo que merecia cuidadosa conservação, pois não rompia a harmonia do conjunto arquitetônico; além do mais, na boca do palco encontraram-se adornos pintados à mão que seriam anteriores à própria construção deste anexo.¹²

Na planta que segue o texto do projeto de restauro, datada de setembro de 2008, apontam-se as paredes e anexos a serem demolidos e as obras a serem feitas; na mesma folha, lê-se a justificativa:

O objetivo é resgatar a planta original da residência. Por isso, retiramos as adaptações e instalações provisórias feitas ao longo dos anos. Com isso, a

residência volta a ter recuos e se destaca das outras edificações. Abrimos vãos que foram fechados para que a espacialidade da residência pudesse ser vivenciada.

O auditório foi preservado em razão da descoberta da boca de cena ser de um antigo teatro da cidade, demolido na década de 50. Além disso, o espaço do auditório será usado pelo museu para cursos e palestras. (CONDEPHAAT, Processo 53.621/06, f.224).

Na planta seguinte, que trata da restauração da fachada, a mudança do telhado para o retorno das telhas de capa e canal justifica-se “para que possa ser mais fiel ao período da residência.” (CONDEPHAAT, Processo 53.621/06, f.225).

Nos anos de 2008 e 2009, enquanto as obras se realizavam, muitos conflitos ficaram documentados nos autos desse processo de restauro. Quando o representante do Condephaat conseguiu visitar as obras, as janelas de prospecção já tinham sido fechadas e muito do que se afirmara sobre as cores e os revestimentos originais não se podia verificar; a proposta de instalações elétricas no interior da casa tampouco agradou este representante e, principalmente, ele se mostrou descontente com a ausência do Iphan e da Unidade de Museus da Secretaria Estadual paulista. Em agosto de 2009, sem ter recebido a documentação que solicitara para os projetos do jardim, do escritório e do piso do pátio, e sem ter realizado as demais vistorias necessárias, o Condephaat foi surpreendido pelo convite de reinauguração do Museu, o que indicava que as obras já estavam concluídas, à revelia dos trâmites deste órgão de patrimônio paulista (CONDEPHAAT, Processo 53.621/06, f.260-264).

Como se pode notar pelo exposto, durante as quatro décadas que se passaram depois do tombamento outras informações históricas, nem sempre coadunáveis, foram se juntando ao que tinha sido mobilizado pelo Condephaat. Mantinha-se o valor atribuído desde o início: a do bem como residência do Presidente Prudente de Moraes. Com o passar do tempo, fortalecia-se a ideia de que o importante era proteger a memória do bem cultural como residência; daí o repetido esforço com o objetivo de extrair os anexos construídos pela escola e de recuperar telhado, paredes e cores que se aproximassem do que tinha sido a morada de Prudente de Moraes. Fazia-se tudo isso, entretanto, dando relevo à parte construída da residência, tomando-a como edificação e não como espaço apropriado por gente que ali morou.

Como a Casa de Prudente de Moraes é apresentada hoje

Na altura de nossa visita, em dezembro de 2013, o Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes (MHPPM) apresentava duas exposições permanentes, a primeira sobre a história de Piracicaba e a segunda sobre o Presidente Prudente de Moraes, dispostas praticamente em continuidade, ocupando os recintos mais centrais do prédio.¹³

O que se vê, hoje, nas exposições permanentes do MHPPM, é resultado de remodelação iniciada em 2008, que incluía o restauro da edificação e a reestruturação das exposições.¹⁴ De acordo com Maira Grigoletto, dificuldades técnicas e outros fatores mantiveram por décadas o museu afastado dos critérios que nortearam a constituição deste bem como patrimônio (2009, p.51-52), o que se buscou corrigir na reestruturação em 2009, que obedeceu à finalidade de apresentar a vida privada e pública do ex-presidente Prudente de Moraes; anteriormente, afirma Grigoletto, isso não era possível porque o museu se configurava “mais como um museu da cidade de Piracicaba do que como o de seu patrono.” (2009, p.46).

Atualmente [em 2009, quando esta dissertação de mestrado era escrita e se inaugurava a exposição que lá está], a preocupação reside em construir o reconhecimento de que o prédio que abriga o museu, as histórias e as imagens apresentadas por meio das exposições nele encerradas estão relacionadas à vida e às obras do Presidente Prudente de Moraes. (...) Ou seja, através da remontagem das exposições do museu, a equipe teve um objetivo primordial: explicitar e enfatizar que os **valores deste imóvel** e do museu estão diretamente relacionados à vida do Presidente Prudente de Moraes. (GRIGOLETO, 2009, p. 47, grifo nosso).

Em meio à dissertação de Grigoletto, tomamos conhecimento de que os profissionais que trabalharam na montagem da exposição atual dispunham de informação sobre o banheiro que Prudente de Moraes gostaria de ver reformado para seu retorno à cidade quando do final do mandato presidencial em 1898, sobre o gosto que tinha pelo pomar, pelo quintal e pelo jardim da casa, sobre os quais há pequenos relatos escritos e até imagens fotográficas. Entretanto, como afirmara Carlos Lemos já no começo da década de 1970 no parecer para o tombamento, a residência de Prudente de Moraes perdera, ao longo do tempo, as partes dedicadas ao serviço – e também as instalações sanitárias, poderíamos acrescentar.

Apesar dos ganhos proporcionados pela reestruturação do museu, entre os quais incluiríamos a facilidade com que se nota a inserção da vida do patrono na história da cidade e a formidável narrativa da trajetória privada e pública de Prudente de Moraes, o visitante do museu não é instado a ver a residência do Presidente nos recintos pelos quais caminha ao longo das duas exposições permanentes, seja na da história da cidade ou na da história do seu patrono. A casa tombada, que poderia servir como ponto de coincidência entre a trajetória de Prudente de Moraes e o desenvolvimento piracicabano, não está apresentada nas exposições.

As edificações mereceram lugar de destaque na história da cidade de Piracicaba que se conta no museu, pois há painéis de grandes dimensões apresentando imagens de igrejas, prédios públicos destinados ao ensino e mesmo algumas residências. No entanto, a casa de Prudente de Moraes não se inclui nessa história porque as edificações

selecionadas nos painéis foram construídas a partir de 1890 e são quase todas exemplares monumentais do ecletismo, com mais de um pavimento; ademais, a reconstrução do tecido urbano que se propõe a mostrar, o surgimento de largos e praças a partir de suas igrejas singelas, nos meados do Oitocentos, não comportou a inserção da Rua Santo Antonio ou de sua área na história de Piracicaba.

Desde a entrada no local, a sensação é a de estar num prédio onde o uso sempre foi público. Ao longo das exposições não se menciona que aquela edificação foi a residência de Prudente de Moraes. Mesmo quando se trata do seu casamento e da casa onde veio morar com a esposa, comprada de seus irmãos, nem mesmo nesta situação se explicita ao visitante que a residência de que trata a legenda é aquela no interior da qual ele se encontra. Sobre o testamento deixado pelo Presidente, a legenda revela que a viúva “foi contemplada com a casa da Rua Santo Antonio”, mas também não explicita que a casa em questão é justamente aquela em que se apoiam os painéis da dita exposição. A suposição é a de que todos sabem que a casa foi construída por Prudente de Moraes, que nela habitou e morreu; não é preciso anunciar, provar e tampouco documentar essa evidência nos autos oficiais.

Portanto, andando pelo local ou percorrendo as exposições permanentes, ao visitante pode escapar a informação de que se encontra no interior da morada de Prudente de Moraes. A maneira como o mobiliário expográfico está disposto impede que se apreenda a configuração dos diferentes cômodos da morada, o que é reforçado pela inexistência das unidades sanitárias, da cozinha e de outros serviços nos fundos.



Figura 4 - Painéis e vitrines da exposição sobre Prudente de Moraes impedem a apreensão daqueles recintos como partes de uma morada.

Fonte: Autor do texto, dezembro de 2013.



Figura 5 - Painéis e vitrines da exposição sobre Prudente de Moraes impedem a apreensão daqueles recintos como partes de uma morada.

Fonte: Autor do texto, dezembro de 2013.

A presença de Prudente de Moraes como usuário do espaço onde hoje existe o Museu Histórico só aparece no escritório, onde logo à entrada se vê a seguinte placa:



Figura 6 - Placa localizada na entrada do escritório de Prudente de Moraes.

Fonte: Autor do texto, dezembro de 2013.

No escritório, portanto, é facultada ao visitante a oportunidade de apreender o bem cultural em proximidade com seu contexto de origem, isto é, entendendo-o como a edificação que foi usada pelo Presidente da República; neste caso especial, não como moradia, mas como o anexo construído para ser o escritório de Prudente de Moraes.¹⁵ Estranhamos que esta relação com o contexto de origem apareça justamente na peça da Casa de Prudente de Moraes que não foi mencionada sequer uma vez nos autos do processo de tombamento pelo Condephaat.

Como afirmamos anteriormente, aqui não se pretende analisar o MHPPM, mas é por intermédio dele que podemos averiguar como a edificação tombada é apresentada atualmente e quais conteúdos históricos são ali veiculados.

As variações dos conteúdos históricos ao longo do tempo

Durante quatro décadas, entre 1969 e 2009, dados sobre o passado da Casa de Prudente de Moraes foram surgindo nos autos elaborados por distintos agentes; nenhum deles resultou de estudo sistemático e tampouco gerou alteração significativa sobre o que se sabia do imóvel. Do ponto de vista da qualidade das informações históricas, o exame dos autos de tombamento e de restauro deste bem no Condephaat revela dados sobre o passado que são apresentados sem referência de origem, como nos casos em que a família Moraes Barros teria doado a casa à Prefeitura ou ao Estado, ou como no fato de se apontar precisamente qual era o dormitório do Presidente entre os recintos da casa.

Há situações nos autos em que inferimos que a fonte consultada é oral, que se trata de memória. Entretanto, apenas uma vez, no projeto de 2008 elaborado pelos arquitetos Corsi e Rover, assume-se a memória dos cidadãos como origem das informações. Sem sabermos quem e quando deu a informação, supomos que foi dessa maneira que souberam que os adornos do palco eram remanescentes de um teatro que fora demolido pouco tempo antes de construírem o auditório para a escola, na década de 1950.

Não defendemos os científicimos e a prerrogativa dos historiadores de produzirem conhecimento sobre o passado, mas temos no horizonte o reavivar do interesse dos cidadãos pelo passado e o reabilitar da credibilidade do conhecimento histórico – produzido por distintos agentes sociais – como já se promove nos países em que a dimensão pública da história é mais respeitada ou naqueles em que isto tem se tornado um valor (HUNT; APPLEBY; JACOB, 1995; LOWEN, 2000, p.19-20). Como mostrou James W. Loewen para os Estados Unidos, ao analisar mais de uma centena de sítios históricos por todos os estados norte-americanos, uma grande parte do que os cidadãos aprendem sobre a história de seu país origina-se nas visitas aos lugares históricos – além do que leem nos romances históricos e do que assistem no cinema e na televisão.¹⁶ (LOEWEN, 2000).

Quanto aos aspectos arquitetônicos, o valor apontado para a Casa de Prudente de Moraes ainda nos anos de 1970 foi o de que a edificação representava as casas urbanas paulistas do Oitocentos tal como a descrição feita por Carlos Lemos, que ressaltava a perda da área de serviço da residência. Assim, embora o arquiteto não tivesse mencionado a preservação da memória dos modos de viver e habitar, atentava para o fato de que apenas a casa edificada não servia para mostrar como eram as residências no século XIX e no começo do XX; como se sabe, neste período as residências paulistas dos grupos abastados e remediados pressupunham fogão de cozinhar separado da casa, tanque de água, quaradouro de roupa, quintal amplo e terreno para cultivar frutas e verduras e, muitas vezes, criar animais como galinhas, porcos, cabras ou ovelhas, cavalos e até vacas.

Com efeito, este caso de Piracicaba segue a tradição das práticas de proteção no país, em que a tendência sempre foi a utilização “cultural” dos edifícios – como centros culturais e museus, por exemplo – proporcionando uma forma de apagamento dos vestígios das atividades cotidianas e de trabalho que ali se desenvolveram no passado:

É como se as qualidades reconhecidas nesses edifícios não pudessem ser contaminadas por usos ‘menos nobres’ atribuídos ao trabalho e ao cotidiano. Compreende-se (embora não se justifique) a desvalorização do trabalho, associada a um alto padrão de desperdício, numa sociedade que ainda tem muito que fazer para superar sua herança escravocrata. O desprezo pela função de habitar tem a ver com a exclusão da cultura no horizonte do cotidiano e se agrava em relação ao trabalho [...]. (MENESES, 2006, p. 38).

Dado que o funcionamento e o uso doméstico não eram considerados, a planta da casa edificada era suficiente para constar nos autos de tombamento, e a instrução arquitetônica do processo ficou reduzida “às informações básicas necessárias”, como afirmou o arquiteto no começo da década de 1970. A casa não era uma edificação excepcionalmente bem projetada ou construída e, portanto, o arquitetônico se apequenava diante do valor histórico: a casa foi residência do Presidente Prudente de Moraes e por isso foi tombada.

Não se trata, aqui, de reforçar a propalada diferença entre historiadores e arquitetos no trato dos bens edificados. Aliás, no caso deste bem cultural, por meio do arquiteto Carlos Lemos e depois de outros do Condephaat e de Piracicaba, firmou-se a ideia de que o histórico era o mais importante a ser preservado neste tombamento, já que não havia valor arquitetônico relevante nesta casa. No princípio da patrimonialização estadual ficou explicitado o maior atributo da Casa de Prudente de Moraes; os autos afirmam com clareza e veemência: o que se pretendeu proteger com o tombamento foi a residência do Presidente

Prudente de Moraes. Era de se esperar que, como afirma Leonardo Castriota, o futuro daquele imóvel como bem tombado tivesse sido mais fiel a este valor histórico.

[...] no campo da conservação do patrimônio, os valores vão ser sempre centrais para se decidir **o que** conservar – que bens materiais representarão a nós e a nosso passado – bem como para determinar **como** conservar – que tipo de intervenção esses bens devem sofrer para serem transmitidos às gerações futuras. (CASTRIOTA, 2011, p. 50, grifo do autor).

A questão que não despontou no final dos anos de 1960, e que permaneceria latente pelas décadas seguintes, era a da compreensão precisa de qual “valor histórico” se tratava. O problema estava em desvendar os entendimentos possíveis para este valor histórico e saber como isso se encontrava, ou podia ser buscado, na materialidade do bem tombado: a casa entendida como portadora de valor intrínseco e ao mesmo tempo evidente por ter abrigado homem tão importante; a casa vista como exemplar de uma fase da história da arquitetura paulista; a casa como remanescente de certa etapa do desenvolvimento urbano de Piracicaba; a casa como edificação onde viveu Prudente de Moraes, com seu quarto, seu escritório, onde se pudessem mostrar certos elementos da arquitetura do século XIX; a casa como morada da família de Prudente de Moraes, tendo unificadas a edificação principal e a área de entorno que lhe pertencia, onde viveram, trabalharam e foram recebidas pessoas diferentes, e onde os fundos, que já foram bem maiores no passado, abrigaram equipamentos e atividades ligados ao cultivo de árvores frutíferas, à criação de animais para transporte e para alimentação, ao cuidado do vestuário etc. Sem falar na casa que sediou as instituições de ensino, onde estudaram milhares de cidadãos nos meados do Novecentos.

Poucos anos depois do tombamento, os conflitos entre o arquiteto Carlos Lemos e a professora Helena Benetton, responsável pelo MHPPM, mostravam a simultaneidade de concepções divergentes entre agentes encarregados da conservação e do manejo dos bens culturais paulistas: ele lembrava a necessidade de mostrar a residência original e como esta tinha perdido sua “área de serviços”, ao passo que ela lutava por mostrar no museu as figuras ilustres que serviriam para orgulhar e dar exemplo aos piracicabanos. Combativo, Lemos considerava que se se mantivesse a concepção vigente no museu, a casa não merecia restauro, bastava mantê-la por meio de pequenas obras, próprias para edificações antigas.

Para além dos embates usuais na relação entre a instância estadual e a local,¹⁷ a tensão entre Lemos e Benetton era herdeira do uso e da missão de que se incumbiu aquele lugar quando nele se implantou o Museu Histórico e Pedagógico no final da década de 1950. Como bem interpretaram Misan e Grigoletto, a partir do final da década de 1950, ao museu se atribuíram as funções de projetar a participação paulista na memória da infância

da República no país e de narrar a história da cidade de Piracicaba (MISAN, 2008; GRIGOLETO, 2009). Essas duas funções, mais e menos misturadas ao longo do tempo, sobrepuseram-se ao valor atribuído pelo tombamento e à tomada da edificação como residência do último terço do século XIX.¹⁸ Quando foi tombada, a Casa de Prudente de Moraes já havia sido ocupada por instituições de ensino durante décadas, já tinha se monumentalizado e se transformado em museu pelas mãos do mesmo homem que agora iniciava o tombamento; nestas circunstâncias, no começo da década de 1970, era difícil cogitar a necessidade de verificar, documentar, explicitar ou ultrapassar o que estava consensuado há tanto tempo: aquele local era a casa onde Prudente de Moraes havia morado.

Entre os anos de 2008 e 2009, o órgão municipal de patrimônio e os agentes que promoviam a reestruturação do museu produziram exposições nas quais a história da cidade de Piracicaba e a trajetória de Prudente de Moraes estão apresentadas com base em questões atuais e de um ponto de vista crítico, sem os bafejos laudatórios de um passado operado por heróis e pelas elites, do qual só pudéssemos extrair orgulho. Àquela altura, pretendeu-se também recuperar e mostrar a residência do Presidente; contudo, neste quesito, a discussão registrada nos autos não ultrapassou a necessidade de demolir os anexos construídos para o Grupo Escolar e de recompor telhado, cores e paredes para chegar à antiga divisão dos cômodos da casa central, ou seja, apresentar historicamente a residência ainda era entendido como apresentar a parte construída da morada. Ainda desta vez não chegaram a resultados de pesquisa que permitissem compreender como tinha sido o perímetro original da morada e as atividades e benfeitorias que nele se realizavam; bastava, assim, despir a edificação original dos acréscimos que vieram ao longo do tempo e, como antes, bastava saber que ali vivera o Presidente da República.

A atualização operada no nível do museu para os tratamentos do passado da cidade e da trajetória de Prudente de Moraes não se fez para o tratamento da casa tombada, onde a apreensão dos hábitos domésticos – com todas as atividades e os serviços implicados naquela morada do século XIX – contribuiria para um entendimento do que foi a vida urbana naquele período e para uma tomada mais alargada de Prudente de Moraes, inserido no seu grupo familiar, no seu tempo, numa teia de relações e de costumes que permitiriam melhor historicizá-lo e ultrapassar sua agência individual.

Em futuras investigações, examinaremos residências urbanas tombadas no território paulista, pois nos parece que há mais ocorrências como esta de Piracicaba, onde não se materializa a repetida intenção de mostrar a residência de Prudente de Moraes. Quase meio século após o tombamento, permanece, de um lado, a imprecisão para discriminar o que se entende por valor histórico deste bem tombado, e de outro lado, tarefa ainda mais complexa

e igualmente irrealizada, permanece a dificuldade de relacionar os atributos históricos com a forma, com a edificação, com a materialidade do que foi protegido pelo tombamento.

Recebido em 24/3/2014

Aprovado em 17/4/2014

NOTAS

¹ Este bem foi tombado nas instâncias federal e municipal.

² A análise da Casa de Prudente de Moraes insere-se numa pesquisa cujo escopo são bens patrimonializados do território paulista, oriundos do período entre 1830 e 1930, e que busca apreender como se transformaram ao longo das últimas décadas os conteúdos e valores históricos que atribuímos ao “período cafeeiro” em São Paulo, com especial atenção à maneira como tratamos a escravidão quando apresentamos o passado paulista.

³ Este artigo de Simona Misan decorre de sua tese de doutoramento defendida na Universidade de São Paulo. Por meio do artigo ou da tese é possível compreender a amplitude do papel de Vinício Stein Campos, aqui apontado somente como iniciador do processo de tombamento.

⁴ Ver a descrição do arquiteto de uma casa urbana campineira construída na mesma década (LEMOS, 1999, p. 220). Também sobre as casas térreas paulistas construídas na segunda metade do século XIX (MARINS, 2004, p. 178-179).

⁵ Entre os deveres esperados do Condephaat estava o de tomar *ex officio* os bens já tombados em nível federal. No órgão federal, o processo de tombamento desta casa iniciara-se em 1963, mas ainda não se encontrava concluído, diferente do que acreditavam no Condephaat.

⁶ Nos anos de 1960, o processo de tombamento federal encontrava as mesmas resistências por parte de Luiz Saia, que se negava a tocar um tombamento para o qual não havia documentação comprobatória; segundo ele, todos afirmavam que a casa fora morada de Prudente de Moraes, mas nada havia que permitisse um tratamento histórico consistente daquela edificação. Sobre o fluxo deste processo no Iphan – 714-T-63: (GRIGOLETO, 2009, p. 109-131).

⁷ Nos estudos recentes sobre os tombamentos no país os autores apontam que não temos consolidados os procedimentos desejáveis para a montagem dos processos de tombamento. Para o caso em análise: (GRIGOLETO, 2009, p. 39).

⁸ Tombamento efetivado, as ocorrências posteriores documentadas no processo foram: em outubro de 1980, quando se organizava a Coordenadoria de Ação de Cultural de Piracicaba, o dito órgão solicita cópia dos processos de tombamento do município que há no Condephaat; em julho de 1988, um boletim de ocorrência policial registra que três jovens estudantes universitários pixaram o muro do Museu; em junho de 1999, a Prefeitura de Piracicaba pede autorização para nomear “Professora Helena Rovay Benetton” o auditório do Museu Prudente de Moraes; na mesma época, anexa-se ao processo uma fotografia tirada para a publicação *Patrimônio Cultural Paulista – 1968-1998*; em julho de 2000, a Superintendência Regional do Iphan pede cópia do processo de tombamento para subsidiar a instrução de tombamento pelo órgão federal. Em abril de 2009, o Condephaat deliberou pelo tombamento *ex officio* do acervo do Museu Prudente de Moraes, já que o Iphan o fizera em 2003; a complementação à inscrição do Livro de Tombo Histórico trazia as seguintes linhas: “Trata-se de acervo que reúne peças que pertenceram a ex-presidentes e que retratam a época da formação da República.”

⁹ Em agosto de 2009 foi determinada a junção dos processos 20.041/76, 22.526/83 e 53.621/06, cf. f.70. Doravante, serão indicados os processos mais antigos embora todos esses autos estejam armazenados sob a numeração do processo mais recente, de 2006.

¹⁰ Antes disso, nos meados de 1983, Sgarbi produziu desenhos e plantas no “estudo preliminar para restauração”, inseridos no processo como f.13-15.

¹¹ As fotografias apresentadas pelo Estúdio Sarasá mostram os “anexos espúrios” que foram demolidos após autorização da UPPH, em meados de 2007.

¹² Meses depois, os autos do processo referem-se à demolição do Teatro Santo Estevam, cujos adornos teriam sido incorporados a este auditório. Não há referência à origem desta informação em nenhuma das duas menções.

¹³ Havia ainda duas exposições temporárias: a primeira chamava-se “Recordar é viver... Propagandas não enganosas” e apresentava diversos objetos do começo do século XX – máquinas de escrever e de calcular, tocadores de discos e outros objetos de uso doméstico e/ou pessoal –; a segunda chamava-se “Recantos: um novo olhar de Piracicaba”, e era constituída de obras de Maria Gobet em tecido, na técnica de patchwork, cujos motivos eram paisagens locais.

¹⁴ Na entrada do prédio há placa comemorativa da inauguração do MHPPM, em agosto de 2009, após “restauro e reestruturação”.

¹⁵ “Um único espaço, fechado como um nicho, traz-nos alguma menção sobre a vida de Prudente e sua relação com aquele imóvel: o seu escritório.” (GRIGOLETO, 2009, p. 65).

¹⁶ Guardadas as diferenças entre a realidade das políticas culturais dos Estados Unidos e do Brasil, ou de São Paulo – cuja quantidade e grau são de dimensões que nos impedem serem tratadas neste texto – e ressalvada a superficialidade “sociológica” com que o autor examina os conteúdos históricos que encontra pelo território norte-americano, cremos que sua análise contribui para este estudo pela força que imprime ao caráter público da história veiculada nos sítios e monumentos históricos e, principalmente, pelas questões que formula para estes mesmos sítios e monumentos.

¹⁷ No artigo *The Sociology of Historic Sites*, Loewen (2000, p.15-22) aponta que, embora pudéssemos esperar um fortalecimento da história factual nos sítios históricos mais focados no passado local – o autor lembra que todas as cidades norte-americanas, mesmo as pequenas, têm seu museu histórico, geralmente instalado numa “mansão” –, o mais frequente é vermos o caráter local se expressar numa história falaciosa.

¹⁸ Ressaltemos que o processo de restauro hoje armazenado no Condephaat traz na capa, de 2006, a inscrição *Restauro do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes*.

FONTES

CONDEPHAAT (SP). *Solicita o tombamento da Casa de Prudente de Moraes em Piracicaba*. Processo 07861/69. São Paulo, 1969.

CONDEPHAAT (SP). *Restauração do imóvel onde funciona o Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, em Piracicaba*. Processo 20.041/76. São Paulo, 1976.

CONDEPHAAT (SP). *Solicita restauração do Museu Prudente de Moraes de Piracicaba*. Processo 22.516/83. São Paulo, 1983.

CONDEPHAAT (SP). *Restauro do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes*. Processo 53621/06. São Paulo, 2006.

REFERÊNCIAS

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (Org.). *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: UFBA, 2011, p. 49-66.

GRIGOLETO, Maira Cristina. *A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu “Prudente de Moraes”*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2009.

HUNT, Lynn; APPLEBY, Joice; JACOB, Margaret. *Telling the truth about history*. New York: W. W. Norton & Company, 1995.

LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LOEWEN, James W. *Lies across America: what our historic sites get wrong*. New York: Touchstone Book, 2000.

MARINS, Paulo César Garcez. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETÚBAL, Maria Alice (Dir.). *Terra Paulista: histórias, arte, costumes. Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: CENPEC: Imprensa Oficial, 2004, p. 89-190.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo et al (Org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ªSR/Iphan, 2006, p. 33-53.

MISAN, Simona. Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 16, n. 2, p. 175-204, jul./dez., 2008.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987*. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Condephaat: FAPESP, 2000.